

Direcção Geral de Assistência**1.ª Repartição**

Para os devidos efeitos se publicam os seguintes despachos:

Janeiro 29

Dr. António Cassiano Pereira de Sousa Neves — exonerado, a seu pedido, do lugar do provedor interino da Assistência de Lisboa, para o qual foi nomeado por despacho de 22 de Junho de 1912.

Luís Inocência Ramos Pereira — nomeado para gratuitamente, e em comissão, exercer o referido lugar.

(Tom o visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado).

Direcção Geral de Assistência, em 6 de Fevereiro de 1913. — O Director Geral, *Augusto Barreto*.

3.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Sobre proposta do Ministro do Interior e nos termos da lei de 28 de Dezembro de 1912, cumpridas as formalidades prescritas no § 3.º do artigo 34.º da lei de 9 de Setembro de 1908:

Hei por bem decretar que no Ministério das Finanças seja aberto, a favor do Ministério do Interior, um crédito especial da quantia de 3.500 escudos, para ocorrer, durante o ano económico de 1912-1913, ao encargo proveniente do pagamento da cota parte das pensões arbitradas aos oficiais do exército na situação de reserva ou reformados, importância que, sob esta designação, será inscrita no capítulo 3.º, artigo 13.º, da despesa ordinária do segundo dos referidos Ministérios, fixada por lei de 30 de Junho de 1912.

O presente decreto foi visado pelo Conselho Superior da Administração Financeira do Estado e registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública, nos termos do artigo 1.º do decreto n.º 2.º de 15 de Dezembro de 1894, e da alínea a) do n.º 2.º do artigo 6.º do decreto com força de lei de 11 de Abril de 1911.

Os Ministros de todas as Repartições assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, em 1 de Fevereiro de 1913. — *Manuel de Arriaga* — *Afonso Costa* — *Rodrigo José Rodrigues* — *Alvaro de Castro* — *José de Freitas Ribeiro* — *João Pereira Bastos* — *António Caetano Macieira Júnior* — *António Maria da Silva* — *Artur Rodrigues de Almeida Ribeiro*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**Direcção Geral de Justiça****1.ª Repartição**

Despachos efectuados nas seguintes datas

Fevereiro 6

Aníbal de Lemos Guardado — nomeado ajudante do escrivão-notário de Pombal, Manuel Augusto da Conceição Cardoso.

João dos Santos Carvalho — nomeado, ajudante do notário de Armamar, Alfredo Augusto Veiga Barradas.

Licença

Janeiro 25

Augusto David da Silva Júnior, oficial de diligências da 4.ª vara cível do Porto — trinta dias, podendo ser gozados fora do país. (Pagou os respectivos emolumentos).

José de Meneses Tovar Faro e Noronha, juiz de direito em Pinhel — trinta dias.

Declara-se sem efeito a publicação do decreto de 25 de Janeiro, publicado no *Diário do Governo* de hoje, que autoriza o pagamento de 30 escudos ao delegado do Procurador da República em Abrantes, José Cupertino de Oliveira Pires.

Declara-se que o nome do substituto do juiz de paz do distrito de Barcelos, comarca do mesmo nome, é Manuel José Ferreira, e não Faria, como saiu publicado no *Diário do Governo* de 28 de Janeiro findo.

Direcção Geral de Justiça, em 6 de Fevereiro de 1913. — O Director Geral, *Germano Martins*.

Direcção Geral dos Eclesiásticos**1.ª Repartição**

Despachos efectuados em 5 de Fevereiro de 1913

Domingos Guilherme Agreham — exonerado de presidente da comissão de administração dos bens das igrejas do 2.º bairro do Porto.

Bacharel Joaquim de A. Mesquita Paúl — nomeado para o substituir.

Luís Gabriel Moreira da Silva — exonerado de presidente da comissão de administração dos bens das igrejas de Santo Tirso.

José Maria Nogueira do Vale — nomeado para o substituir.

António Bernardino da Cunha Pereira de Macedo — exonerado do cargo de secretário da comissão de administração dos bens das igrejas de Vila Verde.

Aníbal Feio Soares de Azevedo — nomeado para o substituir.

António Bernardo de Aguiar — exonerado de vogal da comissão de administração dos bens das igrejas do concelho de Penedono.

Alfredo de Jesus Rodrigues — nomeado para exercer aquele cargo.

António Gonçalves Cerejeira Fontes — exonerado de vogal da comissão de administração dos bens das igrejas de Santo Tirso.

Artur Nogueira Gonçalves — nomeado para exercer aquele cargo.

Francisco Xavier de Figueiredo — exonerado de presidente da comissão de administração dos bens das igrejas de Vila do Porto.

Bacharel Manuel Augusto do Canto Rebelo — nomeado para exercer aquele cargo.

António Pereira Resende — exonerado de secretário da comissão de administração dos bens eclesiásticos de Vila do Porto.

António Morais Cordeiro — nomeado para exercer aquele cargo.

Bruno Botelho — exonerado de secretário da comissão de administração dos bens das igrejas de Povoação.

Manuel Francisco da Mota Júnior — nomeado para exercer aquele cargo.

Guilherme do Carmo Nazaré — exonerado de vogal da comissão de administração das igrejas de Santarém.

José Mendes Maldonado Pedrosa — presidente da câmara municipal, nomeado para o substituir.

Direcção Geral dos Eclesiásticos, em 6 de Fevereiro de 1913. — O Director Geral, *José Caldas*.

4.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Sob proposta do Ministro da Justiça, e nos termos da lei de 28 de Dezembro de 1912 e do n.º 1.º do artigo 34.º da lei de 9 de Setembro de 1908: hei por bem decretar, tendo ouvido o Conselho de Ministros, que no Ministério das Finanças seja aberto, a favor do Ministério da Justiça, devidamente registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública, um crédito especial da quantia de escudos 229,020 para ocorrer ao encargo resultante do disposto no artigo 470.º do decreto com força de lei de 25 de Maio de 1911, que reorganizou o exército, devendo a aludida importância ser inscrita no capítulo 6.º «Serviços prisionais», artigo 16.º «Pessoal além do quadro das cadeias do Limoeiro e Aljube», do orçamento do Ministério da Justiça em vigor no corrente ano económico de 1912-1913.

O Conselho Superior da Administração Financeira do Estado julgou este crédito nos termos de ser decretado.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 1 de Fevereiro de 1913. — *Manuel de Arriaga* — *Afonso Costa* — *Rodrigo José Rodrigues* — *Alvaro de Castro* — *João Pereira Bastos* — *José de Freitas Ribeiro* — *António Caetano Macieira Júnior* — *António Maria da Silva* — *Artur Rodrigues de Almeida Ribeiro*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS**Direcção Geral das Alfândegas**

Tendo chegado ao conhecimento do Governo da República Portuguesa que o pessoal da fiscalização marítima da Alfândega do Porto, adstrito à delegação de Leixões, prestou, nos dias 16 a 18 de Janeiro último, relevantes serviços, auxiliando com toda a dedicação e sacrifício o salvamento de naufragos do vapor *Veronese*, na praia da Boa Nova, manda o mesmo Governo que o referido pessoal seja publicamente louvado pelos aludidos serviços.

Paços do Governo da República, em 5 de Fevereiro de 1913. — O Ministro das Finanças, *Afonso Costa*.

Conselho Superior da Administração Financeira do Estado**Secretaria Geral****2.ª Repartição**

Nos termos do regimento e para os efeitos legais, publicam-se, por extracto, os seguintes acórdãos:

Processo n.º 1:875. — Relator o Ex.º Vogal José Tristão Pais de Figueiredo. — Responsável Mário de Magalhães Infante, na qualidade de recebedor do concelho de Vila Franca de Xira, desde 1 de Julho de 1908 até 30 de Junho de 1909, foi julgado quite por acórdão definitivo de 25 de Janeiro de 1913, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo o saldo, nas seguintes espécies:

Documentos de cobrança do Tesouro . . .	47:247\$178
Documentos de cobrança de corpos administrativos . . .	19:034\$261
Selos para a caixa aposentação de classes operárias . . .	91\$700
Valores selados . . .	5:864\$470
Total — Réis . . .	72:237\$609

que passou a débito da conta imediata.

Processo n.º 1:873. — Relator o Ex.º Vogal Cupertino Ribeiro. — Responsável Alberto Moniz Bordalo de Vilhena, na qualidade de recebedor do concelho de Pinhel, desde 1 de Julho de 1908 até 30 de Junho de 1909, foi julgado quite por acórdão definitivo de 25 de Janeiro

de 1913, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo o saldo, nas seguintes espécies:

Documentos de cobrança do Tesouro . . .	16:956\$644
Documentos de cobrança do corpos administrativos . . .	6:693\$253
Valores selados . . .	5:199\$366
Total — Réis . . .	28:849\$263

que passou a débito da conta imediata.

Processo n.º 1:877. — Relator o Ex.º Vogal Cupertino Ribeiro. — Responsável José Tomás Pereira do Valo Júnior, na qualidade de recebedor do concelho de Tondela, desde 1 de Julho de 1909 até 30 de Junho de 1910, foi julgado quite por acórdão definitivo de 25 de Janeiro de 1913, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo o saldo, nas seguintes espécies:

Documentos de cobrança do Tesouro . . .	18:095\$750
Documentos de cobrança dos corpos administrativos . . .	7:281\$931
Documentos de cobrança da Câmara Municipal . . .	4:914\$104
Valores selados . . .	4:275\$795
Dinheiro do Tesouro . . .	7:360\$055
Dinheiro da Câmara Municipal . . .	1:468\$926
Total — Réis . . .	43:396\$561

que passou a débito da conta imediata.

Processo n.º 1:882. — Relator o Ex.º Vogal Pinto de Magalhães. — Responsável Acácio Augusto da Fonseca, na qualidade de recebedor do concelho de Mogadouro, desde 1 de Julho de 1901 até 30 de Junho de 1907, foi julgado quite por acórdão definitivo de 25 de Janeiro de 1913, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo o saldo, nas seguintes espécies:

Documentos de cobrança do Tesouro . . .	14:516\$160
Documentos de cobrança de corpos administrativos . . .	7:671\$344
Valores selados . . .	4:022\$530
Dinheiro do Tesouro . . .	791\$217
Total — Réis . . .	27:001\$251

que passou a débito da conta imediata.

Processo n.º 1:874. — Relator o Ex.º Vogal João José Dinis. — Responsável Luís de Sousa Moraes, na qualidade de recebedor do concelho de Vila Pouca de Aguiar, desde 1 de Julho de 1908 até 30 de Junho de 1909, foi julgado quite por acórdão definitivo de 25 de Janeiro de 1913, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo o saldo nas seguintes espécies:

Documentos de cobrança do Tesouro . . .	17:791\$163
Documentos de cobrança de corpos administrativos . . .	5:574\$324
Documentos de cobrança da Câmara Municipal . . .	4:024\$666
Estampilhas para aposentações de operários . . .	91\$700
Valores selados . . .	3:493\$249
Dinheiro do Tesouro . . .	414\$006
Dinheiro da Câmara Municipal . . .	95\$484
Total — Réis . . .	31:484\$592

que passou a débito da conta imediata.

Processo n.º 1:879. — Relator o Ex.º Vogal Manuel de Sousa da Câmara. — Responsável Augusto César Paiva de Andrade, na qualidade de recebedor, interino, do concelho de Vila Nova de Portimão, desde 24 de Abril até 9 de Novembro de 1910, foi julgado quite por acórdão definitivo de 25 de Janeiro de 1913, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo o saldo, nas seguintes espécies:

Documentos de cobrança do Tesouro . . .	19:592\$057
Documentos de cobrança de corpos administrativos . . .	6:821\$756
Documentos de cobrança da Câmara Municipal . . .	6:412\$519
Estampilhas para aposentações de operários . . .	91\$700
Valores selados . . .	4:737\$130
Papéis de crédito da Câmara Municipal . . .	219\$800
Dinheiro do Tesouro . . .	231\$924
Dinheiro da Câmara Municipal . . .	181\$427
Total — Réis . . .	38:288\$313

que passou a débito da conta imediata.

1.ª Secção da 2.ª Repartição da Secretaria Geral do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, em 29 de Janeiro de 1913. — *Bernardo de Figueiredo Ferrão Freire*, chefe de repartição.

Nos termos do regimento, e para os efeitos legais, publicam-se, por extracto, os seguintes acórdãos:

Processo n.º 1:851. — Relator o Ex.º Vogal Sousa da Câmara. — Responsável Manuel José Ferreira dos Santos, na qualidade de tesoureiro geral, interino, da província de S. Tomé e Príncipe, desde 20 de Novembro de 1900 até 30 de Abril de 1901, foi julgado quite por acórdão definitivo de 25 de Janeiro de 1913, sendo a impor-